

# **REFLEXÃO E PRÁTICA POLÍTICA: A CONTRIBUIÇÃO DO ATUAL PROCESSO BOLIVIANO PARA A ABORDAGEM TEÓRICA DO ESTADO**

Heloisa Marques Gimenez

Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São  
Paulo – PROLAM/USP – Mestrado

Eixo temático: Política

## **RESUMO**

Este trabalho aborda as questões da luta social e da abordagem teórica de Estado a partir da experiência recente da Bolívia. A década de noventa na América Latina foi marcada pela adoção do neo-liberalismo como condução política e econômica dos Estados assim como por movimentos de resistência, pontuais ou organizados, a tais determinações. Os anos 2000, no entanto, trazem ao cenário político internacional alguns governos de Estado eleitos por apresentar-se como alternativas ao ciclo neo-liberal anterior, mandatos estes ligados a movimentos populares, em maior ou menor nível, dependendo de cada país. Neste contexto, o atual processo político boliviano desponta como um “laboratório” da contra-hegemonia no continente, congregando movimento social organizado e massificado e a conquista do Estado, gerido pelo líder indígena Evo Morales já em seu segundo mandato. É sobre esse desafiador cotidiano de luta, aliado à crescente produção teórica acerca dele no país, que trataremos aqui, abordando-os como uma rica contribuição à concepção teórica de Estado.

Palavras-chave: Bolívia; movimentos sociais; transformação do Estado.

## **1 Introdução**

Pensar a natureza do Estado em um estudo de caso como este se mostra importante, primeiro, pela necessidade que vemos de que o Estado seja resgatado como central nas reflexões acadêmicas e não-acadêmicas feitas em tempos de globalização. Outro fator que ressalta essa importância é a atual gestão do Estado boliviano, assim como o direcionamento dos governos sulamericanos na década de 2000. Dentro da tendência dos governos populares, ou de esquerda, no continente, a Bolívia desponta como um dos processos mais significativos no que diz respeito à intervenção do movimento social na ascensão de seu presidente, o indígena aimará Evo Morales, ex-sindicalista cocaleiro no país. Além disso, o país tem apresentado uma produção teórica inovadora acerca de sua vivência no sentido da transformação do Estado.

Assistimos, durante a década de 90, a um cenário político latino-americano que não apresentava perspectivas de transformação da sociedade. No bojo da derrocada do socialismo real com o fim da União Soviética, o capitalismo se apresentava em sua forma ideológica neoliberal como alternativa societal única. A adoção do Consenso de Washington e a integração econômica em nível mundial acentuou-se de forma nunca antes vista; como efeito, vimos agravados problemas sociais, e, embora ainda sem uma possibilidade de saída via socialismo em pauta, a resistência popular existiu e colhemos agora seus frutos.

No âmbito latinoamericano, elucidamos como fundamental a derrota do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma conquista popular. Se os anos 90 gestaram a resistência da sociedade, os anos 2000 trouxeram a vitória eleitoral de governos críticos à hegemonia neoliberal anterior. Brasil, Argentina, Chile, Uruguay, Nicarágua, Honduras são exemplos de tais governos. Venezuela, Equador e Bolívia são exemplos de projetos ainda mais ousados quando falamos em modificação das estruturas estatais anteriores. A Bolívia nos interessa por ser, dentre eles, o país em que seu novo governo mais encontra respaldo no movimento popular.

## **2 Teoria do Estado: passado, presente e o caso da Bolívia**

Aqui nos aproximamos da concepção marxista do Estado instrumental, ao mesmo tempo em que voltamos nosso olhar para os intelectuais e politólogos bolivianos que travam hoje, na sociedade e nas esferas governamentais, o debate sobre o papel do Estado nos processos que almejam a transformação da sociedade.

Como dizem diversos autores, Karl Marx não teorizou especificamente sobre o Estado; quem o fez maiormente foi Friedrich Engels (1987 [1884]). No entanto, há inúmeras discussões sobre o legado de Marx e a nossa concordância de sua análise estrutural do capitalismo possibilita uma compreensão peculiar sobre o que caracteriza o Estado moderno. Isso é verificável em seus primeiros escritos políticos. Em sua “Crítica à filosofia do Direito de Hegel” (2006 [1843]), Marx dialoga com Hegel sobre seu idealismo e acerca das concepções das estruturas do Estado, a burocracia e a sociedade, bem como sobre a concepção de bem-comum e de razão (JESSOP, 1983).

In this respect it is important to consider the recurrent thesis that the state is an instrument of class rule. This approach can be assimilated to economic reductionism through the assumption that the economic base determines the balance of political forces in the struggle for state power as well as the institutional form of the state as an instrument over whose control political struggle is waged. But it can also be developed in a voluntarist direction focusing on the more or less independent role of political action in the transformation of the economic base and the conduct of class struggle. This means that it is essential for us to examine the precise interpretation (if any) which Marx and Engels themselves placed upon the instrumentalist thesis (JESSOP, 1983, p.12).

A partir da idéia de Bob Jessop acima exposta, temos que a concepção de Marx e Engels a respeito do Estado é de que ele é um instrumento de dominação de classe; ele não apenas “serve” aos interesses da classe dominante, senão sustenta sua reprodução social. O Estado se desenvolveria com a divisão social do trabalho assim como refletiria a base econômica da sociedade. Essa é a concepção do Estado instrumental. Sob essa leitura ele é um aparato que surge a partir de determinadas condições de desenvolvimento produtivo da sociedade, e realiza-se em um governo apartado de qualquer controle pelo povo, e que, por sua vez, é por ele controlado. Contudo, o desenvolvimento capitalista permite e por vezes requer mudanças no aparato estatal para que se mantenha garantido seu sistema de acumulação. A questão da separação entre o Estado e a sociedade civil aparece de forma polêmica entre Marx e Engels; o segundo defende uma burocracia neutra e mediadora de tal relação enquanto o primeiro

afirma que a burocracia não faz senão reproduzir o antagonismo da sociedade civil dentro do Estado (CAMPOS, 2004).

Jessop, em *“The capitalist State”* (1983), apresenta a dualidade entre as concepções instrumentalista e corporativista sobre o Estado. Essa última está expressa nas formulações de Nicos Poulantzas, para quem o Estado é o palco das forças sociais, o responsável pela organização da hegemonia dentro do bloco de poder, refletindo e condensando as contradições de classe. Assim defende que o poder do Estado é o poder da classe que o comanda em determinada conjuntura, podendo haver alternância entre elas. Contudo, o Estado sempre corresponderá aos interesses da classe no poder (CAMPOS, 2004).

Poulantzas formula tal teoria, na França, em pleno vigor da social-democracia – forma ideológica correspondente ao estágio de desenvolvimento intensivo do modo-de-produção capitalista (DEÁK, 2004). Este período ousou questionar, a partir do próprio funcionamento do chamado Estado de bem estar social, a teorização marxista do Estado a partir da qual se sugere a superação do sistema capitalista. A partir do século XX e da consolidação do Estado moderno, a teorização sobre o Estado passa a ser tema quase que exclusivo dos marxistas, enquanto aparece ideologicamente pela concepção burguesa como algo imutável passível apenas de discussão acerca de sua gestão (CAMPOS, 2004).

Ainda assim o próprio pensamento marxista atravessa os anos com dúvidas e embates: Poulantzas, à sua época, afirma, no texto *“O problema do Estado capitalista”* (1975), que a teoria do Estado e do poder político estava sendo abandonada pelo pensamento marxista (ele faz uma ressalva quanto a Antonio Gramsci) em função das diferentes fases do movimento operário; aqui tentamos observar as interpretações acerca do Estado e do modo-de-produção capitalista também à luz dos eventos políticos e das forças sociais que se fazem presentes em tal reflexão. Diz ainda que houve um abandono do estudo teórico do Estado na Segunda e na Terceira Internacional depois de Lenin; segundo Poulantzas, as frequentes e dominantes concepções economicistas decorreriam da ausência de estratégia e objetivos revolucionários. Coloca também que, nesse contexto, as concepções burguesas de Estado e poder político ocupavam de maneira incontestada o terreno da teoria política. Essa afirmação se expressa no conhecido debate entre Poulantzas e Ralph Miliband, ambos marxistas na abordagem do Estado como corporativo, no qual o primeiro acusa o segundo de não evitar “[...] ser

indevidamente influenciado pelos princípios metodológicos de seu adversário (POULANTZAS, 1975, p.13)”.

No tocante às teorias tradicionais sobre o Estado, nos atemos à concepção instrumental dele, enxergando-o à luz da noção de que ele garante a dominação e os interesses da classe dominante de maneira impessoal, anônima e por meio do aparato legal, de maneira que pareça neutro e desvinculado de qualquer interesse particular de um grupo em favor do conjunto da sociedade (CHAUÍ, 2006 [1980]). Atualmente a forma ideológica neoliberal (DEÁK, 2004 [1990]) desempenha e garante brilhantemente a continuidade da acumulação capitalista (BATISTA JR., 2005).

O politólogo e economista alemão Ulrich Brand analisa o caso boliviano atual a partir de sua inserção no Sistema Internacional. Considera que a nova proposição que analisamos na Bolívia trata-se de uma reação interna (no âmbito Estatal) ao modelo do Estado moderno, adotado de forma ampliada internacionalmente, e também ao modelo de relacionamento internacional. Por isso elucida a “internacionalização do Estado”, sendo esta uma forma de dominação (informação verbal)<sup>1</sup>. Em uma análise que parte do Estado de ação social em Poulantzas e Gramsci, o pesquisador afirma que, atualmente, já não é a condição de Estado-nacional a que caracteriza majoritariamente os países em desenvolvimento, e sim um Estado que seria “multiescalar”. Isso se daria porque há um nível local e um nível internacional do Estado, e considera que também há diversas relações que se dão dentro da circunscrição de um Estado mas que não são necessariamente estatais.

Tal reflexão é feita partindo da compreensão de que, com o fenômeno da globalização – neoliberal, imperialista, capitalista, como ele próprio ressalta – houve uma modificação no modo de relacionamento entre os Estados que permitiu a manutenção das estruturas de dominação, e da dominação entre eles. Essa modificação passa necessariamente pelo âmbito internacional, e coloca essa esfera de relacionamento como protagonista na trajetória política de um Estado e nas modificações a ele atribuídas. Para tanto, Ulrich Brand apresenta três dimensões, nas quais estariam classificadas a modificação do Estado a qual chama “internacionalização do Estado”.

---

<sup>1</sup> As análises teóricas atribuídas a Ulrich Brand foram colhidas em conferência realizada pelo próprio pesquisador, no seminário “Pensando el mundo desde Bolívia: Estado, sociedad y crisis del capital”, em abril de 2010, na cidade de La Paz, Bolívia.

A primeira dimensão estaria ligada diretamente ao fenômeno da globalização. Para ele, os tempos de globalização significam uma transição das relações de força interna e externamente a um Estado; nesse contexto pudemos observar, então, o fortalecimento dos Estados Unidos e da União Européia. Outra dimensão, e que revela o caráter de manutenção de uma dominação previamente existente à globalização, pois afirma que os Estados nunca foram soberanos, e sim estiveram sempre sob influência de forças dominantes oriundas de fora deles. Estas forças tinham potencial para transformá-los internamente, dentro de suas sociedades. O ajuste estrutural dos anos 80, por exemplo, afetava tanto países como a Bolívia como outros como a Alemanha. Uma terceira dimensão da “internacionalização do Estado” estaria ligada ao estabelecimento de grupos internacionais, como o G-8, a Organização Mundial do Comércio (OMC), além da reordenação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial após a década de 80.

Tudo isso nos serve porque, segundo Ulrich Brand, não é por acaso que as alternativas à essa internacionalização do Estado não apareçam a nível internacional, e sim local, nacional, como ocorre atualmente na Bolívia. A partir da noção de Rosa Luxemburgo sobre a perspectiva real da luta pela transformação, o autor acredita que a Bolívia está contribuindo para o debate internacional do horizonte transformador e de superação da dominação, assim como tiveram seu lugar o zapatismo na década de 90. Contudo, ressalta também que não vivemos, mundialmente, uma situação favorável à emancipação. Novamente recupera Poulantzas e ressalta que não se muda a sociedade apenas mudando a correlação de forças, e que há de ser mudada também a estrutura do Estado. Isso quer dizer que na Bolívia a batalha não está ganha. Para a mudança de modelo econômico, o Estado deve desempenhar um papel gestor protagônico, o que é um desafio não só para os gestores do Estado boliviano atualmente, em seu chamado *proceso de cambio*, nem para nenhum dos demais países em desenvolvimento.

É nesse bojo que despontam diversos intelectuais bolivianos que vêm refletindo sobre a luta social no seu país e a presente tomada do poder do Estado por Evo Morales. São intelectuais e lutadores do povo que vêm também de décadas de luta no país, antes mesmo das conhecidas Guerra da Água (Cochabamba, 2000), e guerra do Gás (2003), principalmente no chamado movimento *katarista*. A presença conjunta das formas de luta pelo resgate das tradições indígenas do país com o que chamaríamos de “esquerda tradicional” trouxe o país até onde hoje se encontra, e continuam o diálogo e o embate

dentro do processo de transformação da sociedade. Para sermos mais precisos, essa composição do cenário de luta e de disputas de projeto dentro da esquerda na Bolívia acontece desde a Revolução Nacional de 1952.

A começar por René Zavaleta Mercado, quem vivenciou o processo da Revolução supramencionada, a formulação do conceito de “sociedade abigarrada” trouxe o elemento da multiplicidade de culturas, formas de vida e desenvolvimento para a condução predominantemente trotskista dos movimentos de transformação. Contemporaneamente, esse papel é também desempenhado pelo vice-presidente Álvaro Garcia Linera, proeminente cientista social latino-americano, personagem teórico e de vida política.

Outro autor que nos fornece proposições importantes é o boliviano Luis Tapia, cientista político que reflete sobre a natureza do Estado a partir da experiência contemporânea de seu país. Em sua obra “*La coyuntura de la autonomía relativa del Estado*” (2009), escreve sobre a relação entre Estado e burguesia fazendo mediações a partir da conjuntura dos momentos históricos na Bolívia. Sobre os tempos de neoliberalismo, escreve:

A la vez, sin embargo, se da en el gobierno una creciente presencia de empresarios o capitalistas, lo que reduce aquello que se entiende por autonomía relativa; es decir, la dirección estatal a través de una burocracia distinta a la clase propietaria que dirige y gobierna de acuerdo a los intereses del tipo de sociedad capitalista y no de fracciones o de capitalistas particulares. Desde el 85 se dio un proceso de reclutamiento de funcionarios paratecnocráticos, a la par que gobernaban burgueses en persona. No se trataba de una burocracia que sustituyera a los empresarios en el estado, sino de una burocracia que acompañaba de manera subordinada la creciente presencia de burgueses y terratenientes en el gobierno. A través de ambos penetraba también la ideología dominante en la reestructuración política del sistema mundial (TAPIA, 2009, pp.18-19).

(...) Por bloque político dominante sugiero entender la articulación que establecen uno o varios sujetos políticos con grupos clasistas organizados bajo modalidades corporativas y que monopolizan el ejercicio del poder de estado. **Por poder de estado sugiero entender la capacidad efectiva de imponer decisiones a individuos, a grupos o a la sociedad en su conjunto por medio del monopolio de la soberanía política o de los espacios legítimos de hacer política que deciden sobre el destino de toda la sociedad nacional. Cabría distinguir el poder de estado del poder de clase que puede desplegarse o ejercerse en la empresa, la localidad, la región, pero**

**que no se convierte necesariamente en poder de estado.** Creo que este es el caso de muchos patrones terratenientes y empresarios en el oriente y el Sur, pero también en el resto del país: ejercen poder de clase en un territorio determinado pero no forman parte del bloque político dominante a nivel estatal nacional. Se puede tener poder de clase sin tener poder estatal y se ejerce poder estatal sin tener necesariamente poder de clase. Esta es una relación problemática y cambiante que tiene que ver con lo que se ha dado en llamar autonomía relativa del estado (TAPIA, 2009, pp.15-16, grifo nosso).

Nesse trecho, temos um complemento à conceitualização de Estado mencionada anteriormente, já que o autor diferencia “poder de Estado” e “poder de classe”, para então justificar o que chama de “autonomia relativa do Estado”.

### **3 Considerações sobre o tema**

Aqui buscamos enunciar a realidade pela qual passa a Bolívia, com históricas e recentes lutas sociais, e do questionamento da ordem presente em tais lutas. Afirmamos, primeiramente, uma interpretação marxista acerca da formação do Estado moderno, e assim tomamos também um posicionamento sobre o caráter global do desenvolvimento do modo-de-produção capitalista, ainda que com suas particularidades em cada região. É dessa particularidade que emerge a Bolívia como o que alguns chamam de “laboratório” político da América Latina. Vemos tal expressão por um viés positivo, na medida em que nos apresentam, por que não dizer, uma síntese das formas de luta (e também de suas elocubrações teóricas) que agregam diversos dilemas pelos quais passam a humanidade em seu processo de transformação. Estado como campo de luta, capitalismo, nação, nacionalidade, etnia, são alguns desses quesitos. Detalhes fundamentais de uma história que ainda tem muito a ensinar.

### **Referências Bibliográficas**

BATISTA JR., P. N. **O Brasil e a economia internacional:** recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CAMPOS, S. M. M. **O Estado brasileiro e o processo de produção do espaço no Acre**. São Paulo: FAU-USP, 2004. 256 p.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia** [1980]. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DEÁK, C. Acumulação entravada no Brasil e crise dos anos 80 [1990]. In: DEÁK, C; SCHIFFER, S. R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado** [1884]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

JESSOP, B. **The capitalist State – marxist theories and methods**. Oxford: Martin Robertson & Company Ltd., 1983.

GARCÍA LINERA, A. et alli. **El Estado**. Campo de lucha. La Paz: Muela del Diablo, 2010.

MARX, K. **Crítica à filosofia do direito de Hegel** [1843]. São Paulo: Boitempo, 2006.

POULANTZAS, N. O problema do Estado capitalista. In: MILIBAND, R.; POULANTZAS, N. **Debate sobre o Estado capitalista**. Porto: Crítica e sociedade, 1975.

TAPIA, L. **La coyuntura de la autonomia relativa del Estado**. La Paz: Muela del Diablo/CLACSO, 2009.

ZAVALETA MERCADO, R. **Lo nacional-popular en Bolivia** [1986]. La Paz: Plural, 2008.